





TEXTO I

**A síndrome do impostor**

Todos nós usamos “máscaras”. E isso não quer dizer que tenhamos a intenção de enganar o mundo

A síndrome do impostor é, na verdade, o conflito interno que denuncia a distância entre o nosso íntimo e a forma como nos projetamos no mundo.

Todos nós usamos “máscaras”. E isso não quer dizer que tenhamos a intenção de enganar o mundo, mas apenas que existe, dentro de nós, a necessidade de sermos aceitos.

Somos cercados de protocolos: a receita pronta do sucesso profissional, o modelo perfeito de família, o padrão estético massificado, as convenções sociais sobre o que é certo e errado, ou sobre o que é nobre e fútil, valoroso ou inútil. E nos desdobramos para fazer nossas peças se encaixarem no quebra-cabeça dessas formatações, porque, no fundo, queremos pertencer.

A necessidade de pertencer é, inclusive, legítima. Somos seres sociais, afinal de contas. O problema começa quando colocamos a vontade de sermos aceitos à frente das nossas verdadeiras pulsões. E, assim, para nos adaptarmos ao senso comum, criamos um personagem.

É natural modificarmos sutilmente nossas atuações quando se altera o contexto. Mas, no momento em que as adaptações se tornam afrontas à nossa própria liberdade, estamos caindo na cilada de vestir a fantasia do personagem.

É razoável alterarmos sutilmente nossas condutas quando estamos num ambiente profissional, por exemplo. Mas não é equilibrado, por exemplo, ser uma pessoa em casa e outra radicalmente diferente no trabalho.

As adaptações feitas por bom senso e respeito aos ambientes que nos cercam são válidas. Mas adaptações sutis não geram efeito colateral. O que nos adocece por dentro é a dose errada de transformação que nos dispomos a fazer na tentativa de pertencer.

Quanto menor for a distância entre quem somos e a forma como nós atuamos no mundo, mais livres, autênticos e inteiros vamos nos sentir. E, quanto mais distante for o nosso universo interno das duas atuações no mundo externo, maiores as chances de nos sentirmos impostores.

Um impostor habilidoso pode convencer o mundo, mas não há performance boa o suficiente para enganar a si. Aplausos seduzem o ego, mas não acalmam os estragos que a falta de integridade provoca na essência. Quanto mais espessa for a máscara, maior a dose de solidão quando as cortinas se fecham. Porque solidão, ao contrário do que muitos pensam, não é falta do outro, é falta de si. E nada nos distancia mais de nós mesmos do que nos projetarmos no mundo de uma forma que, no íntimo, nem somos.

O Yoga ensina que, quando o falar e o agir estão em sintonia com o sentir, é sinal de que estamos inteiros. E desse alinhamento nasce um tipo de autoestima que não é baseado em imagem, e sim em integridade. E não existe melhor remédio para a tal síndrome do impostor do que ser em público o mais próximo possível de quem se é no privado.

Autora: Carol Rache

Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniaofilosofadas/a-sindrome-do-impostor-1.2571776>

01) O texto “A síndrome do impostor”, de Carol Rache, tem por objetivo

- a) informar ao leitor as características da síndrome do impostor e suas consequências para a saúde.
- b) descrever as características da síndrome do impostor, seus sintomas e as formas de preveni-la.
- c) refletir sobre as relações existentes entre a síndrome do impostor e o desejo de pertencimento.
- d) trazer os benefícios do Yoga para o autoconhecimento e para a prevenção da saúde emocional.
- e) induzir o leitor a acreditar que não devemos ajustar a própria imagem para sermos aceitos socialmente.

02) Partindo da noção de que um gênero textual possui uma estrutura e uma finalidade comunicativa, pode-se classificar o texto “A síndrome do impostor” como

- a) uma crônica, uma vez que se trata de uma narrativa reflexiva inspirada em fatos que ocorrem no cotidiano.
- b) uma notícia, uma vez que o texto foi publicado em um jornal e tem a função principal informar seus leitores.
- c) uma reportagem, uma vez que o seu foco central é trazer informações variadas acerca de um tema específico.
- d) um artigo de opinião, uma vez que por meio de argumentos o autor busca a adesão do leitor a seu ponto de vista.
- e) um relato, uma vez que o tema é tratado a partir da perspectiva subjetiva do autor sobre um determinado assunto.

03) Só **não** é causa da síndrome do impostor

- a) desejar pertencer a um determinado grupo.
- b) buscar um modelo profissional de sucesso.
- c) desconsiderar a própria individualidade.
- d) tentar seguir o padrão de beleza imposto.
- e) seguir somente formatações preestabelecidas.

04) A respeito do texto, analise as afirmativas a seguir.

I. Apesar de ser legítima, a necessidade de pertencer é prejudicial ao ser humano, pois está diretamente relacionada à síndrome do impostor.

II. O desejo de pertencer faz com que o ser humano tente se ajustar a modelos e padrões com os quais nem sempre concorda.

III. Às vezes, é necessário ajustarmos nossas condutas em nossas interações para mantermos um ambiente mais equilibrado.

IV. A síndrome do impostor adoce o ser humano, pois faz com que ele perca a própria integridade na busca por ser aceito pela sociedade.

É correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

05) No trecho “Somos cercados de protocolos: a receita pronta do sucesso profissional, o modelo perfeito de família, o padrão estético massificado, as convenções sociais sobre o que é certo e errado”, as vírgulas foram utilizadas para

- a) separar os adjuntos adverbiais deslocados.
- b) separar orações coordenadas assindéticas.
- c) separar o sujeito e o predicados das orações.
- d) separar termos de mesma função sintática.
- e) separar termos para evitar a ambiguidade.

06) Em todos os trechos a seguir, retirados do texto, o termo “que” é classificado como pronome relativo, **exceto** em:

- a) “... isso não quer dizer que tenhamos a intenção de enganar o mundo ...”.
- b) “... o conflito interno que denuncia a distância entre o nosso íntimo ...”.
- c) “... as convenções sociais sobre o que é certo e errado, ou sobre ...”.
- d) “... momento em que as adaptações se tornam afrontas à nossa própria ...”.
- e) “... por bom senso e respeito aos ambientes que nos cercam são válidas.”.

07) Em “**Quanto menor** for a distância entre quem somos e a forma como nós atuamos no mundo, **mais** livres, autênticos e inteiros vamos nos sentir.”, os termos destacados transmitem uma ideia de

- a) condição.
- b) concessão.
- c) comparação.
- d) proporção.
- e) consecução.

08) O trecho “Mas, no momento em que as adaptações se tornam afrontas à nossa própria liberdade, estamos caindo na cilada de vestir a fantasia do personagem.” pode ser reescrito, mantendo o mesmo sentido, da seguinte forma:

- a) “Porém, no momento em que as adaptações se tornam alinhadas à nossa própria liberdade, estamos caindo na cilada de vestir a fantasia do personagem.”.
- b) “Entretanto, quando os ajustes se tornam incompatíveis com a nossa própria liberdade, estamos caindo na armadilha de vestir a fantasia do personagem.”.
- c) “Portanto, assim que as adaptações se tornam contrárias à nossa própria liberdade, corremos o risco de irmos contra a nossa verdadeira essência.”.
- d) “No entanto, ainda que as adaptações se tornem distanciadas da nossa própria liberdade, estamos caindo no erro de não sermos nós mesmos.”.
- e) “Assim, a partir do momento em que as adaptações se tornam desrespeito à própria liberdade, estamos caindo no erro vestir a fantasia do personagem.”.

## TEXTO II.



Disponível em <https://bichinhosdejardim.com/cara-estranho/>

09) Sobre o texto II, analise as afirmativas a seguir.

- I. A presença da linguagem não verbal é essencial para a compreensão da mensagem veiculada.
- II. A maioria dos personagens presentes no texto possuem comportamentos e atitudes semelhantes.
- III. É visto como estranho o personagem que possui comportamento distinto dos demais personagens.
- IV. O texto promove uma reflexão acerca da alienação do ser humano decorrente do mau uso do celular.

É correto o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

10) Pode-se dizer que o texto II retoma o tema abordado no texto I de uma outra forma e com outra linguagem. O termo que melhor define a relação entre ambos é a

- a) intertextualidade.
- b) metalinguagem.
- c) paródia.
- d) conotação.
- e) denotação.

---

TEXTO III.

**Jesse Koz e Shurastey e o valor da felicidade no trabalho**

Não dá para esperar

A morte de Jesse Koz, um brasileiro que viajava pelo mundo de fusca com o seu cachorro comoveu milhões de pessoas. Jesse dizia que vivia uma vida que não queria viver. Passava todo seu tempo trabalhando dentro de uma loja em um shopping sem perspectivas e estava muito infeliz. Em um determinado momento, decidiu sair do emprego e abandonar a faculdade de educação física.

Vendeu as poucas coisas que tinha: um videogame, uma televisão, um micro-ondas e uma moto. Apurou R\$ 10 mil e comprou um fusquinha. Pegou seu cachorro, o Shurastey, e saiu em uma viagem sem rumo. Sua aventura, infelizmente, não teve um final feliz, e Jesse e Shurastey morreram após acidente em uma estrada dos Estados Unidos, a caminho do Alasca. De acordo com uma amiga, Jesse sempre dizia que “a vida é mais do que ficar esperando”. Ele não esperou. Ele foi lá, ele viveu o que queria ter vivido.

Quem nunca pensou em mudar de vida? Viver uma grande transformação? E por que não colocamos esses planos em ação? São tantas as inseguranças e perguntas nesse caminho. “Será que vai dar certo?” “E se eu me arrepender?” “Não vou trocar o certo pelo duvidoso”. Temos tantos medos! É o que nos paralisa e acaba trazendo frustração para nossa vida pessoal e profissional.

Mas afinal, “o que é felicidade no trabalho?”. Você já deve ter ouvido a frase, atribuída ao sábio chinês Confúcio: “Faça o que você ama e não terá que trabalhar um dia”. Quando alguém gosta do que faz, se sente empolgado para realizar suas tarefas e cumprir as metas e não torce só pela chegada da sexta-feira e lamenta profundamente o fim do domingo.

É claro que não tem nenhum problema em querer ter um tempo livre, planejar o seu descanso, sonhar com o fim de semana, com as férias. O ponto de atenção é quando não sentimos mais nenhum interesse nas nossas realizações profissionais e passamos o tempo todo de olho no relógio, contando os minutos para ir embora. Cada hora no trabalho é um grande sacrifício e o estresse reflete na nossa saúde física e mental.

A boa notícia é que você pode sim ser feliz no seu trabalho, sem necessariamente ter que tomar uma atitude tão radical e abandonar tudo e sumir. Alcançar essa tão sonhada felicidade não é algo muito simples, mas possível.

O importante é entendermos que não é uma questão de ignorar os sentimentos ruins, mas mudarmos a nossa perspectiva, com rotinas e relações mais saudáveis. Um bom exemplo de como fazer isso é criando metas alcançáveis, aumentando o engajamento da sua equipe. Tente transformar sua rotina em algo divertido. Entender também que não estamos imunes aos problemas. Complicações irão surgir e a pressão não vai deixar de existir. Precisamos lutar para criar o melhor ambiente possível e esse é papel de todos, colaboradores, líderes e da empresa.

Que a história de Jesse e Shurastey desperte em todos nós o sentimento da urgência da felicidade. Precisamos ser felizes hoje e não quando o final de semana chegar, quando sairmos de férias ou, somente quando nos aposentarmos! Não podemos jogar na lata de lixo, todos os dias, 8 horas da nossa vida e sermos felizes apenas com o que sobrar.

Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniao/open-mind-brazil/jesse-koz-e-shurastey-e-o-valor-da-felicidade-no-trabalho-1.2676954>

11) Sobre o uso de sequências narrativas, nos dois primeiros parágrafos do texto III, analise as afirmativas a seguir.

- I. Trata-se de um uso incorreto, uma vez que essas estruturas linguísticas não são permitidas em textos dissertativos-argumentativos.
- II. Trata-se uma estratégia argumentativa, uma vez que permitiu ao autor contextualizar o tema a ser debatido ao longo do texto.
- III. Trata-se de um uso prejudicial à coesão do texto, uma vez que esse tipo de estrutura prejudica a organização dos argumentos.

É correto o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) I, II e III.

---

12) A respeito da pontuação utilizada no terceiro parágrafo do texto III, analise as afirmações a seguir.

- I. As interrogações contribuem para levar o leitor a uma reflexão sobre o tema debatido.
- II. As interrogações ilustram dúvidas comuns quando se busca uma mudança de vida.
- III. As aspas foram utilizadas para diferenciar as vozes presentes no texto.

IV. As aspas foram utilizadas para evidenciar que o texto entre elas possui sentido figurado.

É correto o que se afirma em

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, II e III.

13) De acordo com o texto III, para ser feliz no trabalho, é necessário

- a) esquecer os sentimentos ruins relacionados à rotina cotidiana.
- b) mudar radicalmente os hábitos em direção ao que se gosta.
- c) alterar a forma como se percebe e se vive os fatos do dia-a-dia.
- d) alcançar as metas definidas pela equipe e suas recompensas.
- e) planejar as ações com vistas a ter uma segurança no futuro.

14) Assinale a alternativa em que o verbo destacado possui a mesma transitividade do verbo presente no seguinte trecho do texto: "... para **criar** o melhor ambiente possível ...".

- a) "Quando alguém **gosta** do que faz ...".
- b) "Quem nunca **pensou** em mudar de vida?".
- c) "... **sonhar** com o fim de semana, com ...".
- d) "**Vendeu** as poucas coisas que tinha.".
- e) "... **desperte** em todos nós o sentimento ...".

15) Segundo as convenções ortográficas, as palavras paroxítonas terminadas em ditongo devem ser acentuadas. Assinale a alternativa cuja palavra em destaque exemplifica essa regra.

- a) "... abandonar a faculdade de educação **física**.".
- b) "... um videogame, uma **televisão**, um micro-ondas ...".
- c) "... a frase, **atribuída** ao sábio chinês Confúcio ...".
- d) "... lutar para criar o melhor ambiente **possível** ...".
- e) "... sonhar com o fim de semana, com as **férias**.".

### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16) Assinale a alternativa que corresponda aos protocolos de serviços da internet, responsáveis pelo envio e recepção de e-mails.

- a) FTP e URL.
- b) IRC e HTTP
- c) SMTP e POP.

- d) SMTP e URL.
- e) HTTP e FTP.

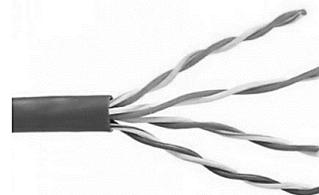
17) Sobre os backups incrementais, assinale a alternativa correta.

- a) São backups acumulativos.
- b) Este tipo de backup é mais demorado, pois tem que copiar todos os arquivos envolvidos todas as vezes que for feito.
- c) Não rodam mais rápido que os backups completos.
- d) Não fazem backup de arquivos modificados.
- e) Primeiro verificam a hora e data de alteração dos arquivos envolvidos, de posse destas informações será possível copiar somente os arquivos que foram alterados desde a realização do último backup.

18) Existem três tipos de operação na transmissão de dados: simplex, halfduplex e full-duplex. Marque a alternativa que corresponda a um exemplo de halfduplex.

- a) Rádio.
- b) Celular.
- c) Televisão.
- d) Walkie-talkie.
- e) Monitor.

19) Analise a imagem abaixo e responda.



Qual a classificação do cabo representado na imagem?

- a) Cabo coaxial.
- b) Cabo de par trançado – UTP.
- c) Fibras ópticas.
- d) Cabo de par trançado – FTP.
- e) Cabo de par trançado – STP.

20) É considerado um software de sistema o:

- a) Photoshop.
- b) Google.
- c) Android.
- d) Windows Media Player.
- e) Word.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Assinale a alternativa correta, no que se refere aos bens públicos, a luz da Jurisprudência do STJ:

- a) Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista sujeitos a uma destinação pública não se equiparam a bens públicos, sendo, portanto, suscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião.

b) Terras em faixas de fronteira e aquelas sem registro imobiliário são terras devolutas, sem a necessidade de o ente federativo comprovar a titularidade desses terrenos.

c) O imóvel vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação - SFH, porque afetado à prestação de serviço público, deve ser tratado como bem público, não podendo, pois, ser objeto de usucapião.

d) Não é possível reconhecer a usucapião do domínio útil de bem público sobre o qual tinha sido, anteriormente, instituída enfiteuse, pois, nessa circunstância, não poder ocorrer a substituição do enfiteuta pelo usucapiente, tendo em vista o visível prejuízo ao Estado.

e) É cabível a modificação unilateral pela União do valor do domínio pleno de imóvel aforado, incidindo inclusive a correção monetária na atualização anual do pagamento do foro na enfiteuse de seus bens.

---

22) Assinale a alternativa correta, no que se refere ao Poder de Polícia, a luz da Jurisprudência do STJ:

a) A administração pública não possui interesse de agir para tutelar em juízo atos em que ela poderia atuar com base em seu poder de polícia, em razão da autotutela.

b) Prescreve em três anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.

c) Ante a omissão do órgão estadual na fiscalização, mesmo que outorgante da licença ambiental, não cabe ao IBAMA pode exercer o seu poder de polícia administrativa, considerando que competência para licenciar atrai a competência para fiscalizar.

d) A atividade fiscalizatória exercida pelos conselhos profissionais, decorrente da delegação do poder de polícia, não está inserida no âmbito do direito administrativo, podendo ser considerada relação de trabalho e, por consequência, está incluída na esfera de competência da Justiça Trabalhista.

e) É legítima a cobrança da taxa de localização, fiscalização e funcionamento quando notório o exercício do poder de polícia pelo aparato administrativo do ente municipal, sendo dispensável a comprovação do exercício efetivo de fiscalização.

---

23) De acordo com a LIA (Lei 8429/92, com as alterações trazidas pela Lei n.º 14.230/21, constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades sujeitas a sofrer atos de improbidade, e notadamente:

a) facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades referidas no art. 1º desta Lei.

b) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

c) doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da referida lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

d) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.

e) frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.

---

24) O Poder de Polícia Administrativa se divide em vários ramos, dentre eles temos os descritos adiante, EXCETO a:

a) Polícia Civil dos Estados e DF: age a partir do ilícito penal.

b) Polícia de Tráfego e Trânsito: Fiscaliza as ruas e rodovias.

c) Polícia de caça, pesca e ambiental: Fiscaliza as pessoas envolvidas com o Meio Ambiente.

d) Polícia Edilícia: Fiscaliza as obras e reformas de particulares.

e) Polícia de Pesos e Medidas: Fiscaliza o padrão de medidas;

---

25) No que se refere as entidades da administração pública indireta, em consonância com a Jurisprudência do STJ, assinale a alternativa CORRETA:

a) Existe direito à incorporação de vantagens decorrentes do exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública indireta.

b) As autarquias possuem autonomia administrativa, financeira e personalidade jurídica própria, distinta da entidade política à qual estão vinculadas, embora seus dirigentes não tenham legitimidade passiva para figurar como autoridades coatoras em Mandados de Segurança.

c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos não possuem legitimidade ativa ad causam para a propositura de pedido de suspensão, quando na defesa de interesse público primário.

d) A universidade federal, organizada sob o regime autárquico, não possui legitimidade para figurar no polo passivo de demanda que visa à repetição de indébito de valores relativos à contribuição previdenciária por ela recolhidos e repassados à União.

e) As agências reguladoras não podem editar normas e regulamentos no seu âmbito de atuação quando autorizadas por lei.

---

26) Quanto aos princípios fundamentais, expressos na Constituição Federal, assinale a alternativa que indica um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) a soberania.
  - b) a cidadania.
  - c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
  - d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
  - e) o pluralismo político.
- 

27) Considerando os entendimentos sumulados pelo STF quanto ao Mandado de Segurança, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo impede o uso do mandado de segurança contra *omissão* da autoridade.
  - b) Cabe mandado de segurança contra lei em tese.
  - c) Cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recursos ou correição.
  - d) Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.
  - e) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização.
- 

28) Assinale a alternativa INCORRETA. Total da despesa do Poder Legislativo Municipal (incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos) - não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências tributárias recebidas:

- a) 7% para Municípios com população de até 100.000 habitantes;
  - b) 6% para Municípios com população entre 100.000 e 300.000 habitantes;
  - c) 5% para Municípios com população entre 300.001 e 500.000 habitantes;
  - d) 4,5% para Municípios com população entre 500.001 e 3.000.000 de habitantes;
  - e) 3,5% para Municípios com população entre 3.000.001 e 8.000.000 de habitantes;
- 

29) Assinale a alternativa INCORRETA. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- a) a existência dos Estados e do Distrito Federal;
- b) o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

c) o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

- d) a segurança interna do País;
  - e) a probidade na administração;
- 

30) Quanto as normas gerais sobre finanças públicas, cabe Lei Ordinária dispor sobre:

- a) finanças públicas.
  - b) dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.
  - c) o plano plurianual; as diretrizes orçamentárias; os orçamentos anuais.
  - d) concessão de garantias pelas entidades públicas.
  - e) emissão e resgate de títulos da dívida pública.
- 

31) Quanto as nulidades, expressas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
  - b) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
  - c) A nulidade dos atos deve ser alegada em qualquer oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
  - d) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.
  - e) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará nulo todos os atos, e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.
- 

32) Assinale a alternativa INCORRETA. Conforme dispõe o Código de Processo Civil, o executado pode, no prazo de 10 (dez) dias contado da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente. O juiz só autorizará a substituição se o executado:

- a) comprovar as respectivas aquisições, por meio de contrato de compra e venda, por meio de instrumento público ou particular, quanto aos bens imóveis.
- b) descrever os bens móveis, com todas as suas propriedades e características, bem como o estado deles e o lugar onde se encontram.
- c) descrever os semoventes, com indicação de espécie, de número, de marca ou sinal e do local onde se encontram.
- d) identificar os créditos, indicando quem seja o devedor, qual a origem da dívida, o título que a representa e a data do vencimento.
- e) atribuir, em qualquer caso, valor aos bens indicados à penhora, além de especificar os ônus e os encargos a que estejam sujeitos.

---

33) Assinale a alternativa INCORRETA. Nos termos do Código de Processo Civil, a decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

- a) se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
  - b) for fundada em erro de direito verificável do exame dos autos.
  - c) for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.
  - d) resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.
  - e) for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.
- 

34) No que se refere a posse, à luz do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Considera-se possuidor todo aquele que tem de direito o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
  - b) Considera-se possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
  - c) O sucessor universal contínua de fato a posse do seu antecessor; e ao sucessor singular é facultado unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais.
  - d) A posse do imóvel faz presumir, até prova contrária, a das coisas móveis que nele estiverem.
  - e) Induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância, embora não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.
- 

35) Assinale a alternativa CORRETA. Conforme dispõe o Código Civil, no que se refere a aquisição da propriedade.

- a) Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a cinco anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.
- b) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a quinhentos hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- c) Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua

moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil. O direito previsto no parágrafo antecedente não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

d) Aquele que exercer, por 3 (três) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade dívida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. O direito previsto no caput não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

e) Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por quinze anos. Será de dez anos o prazo previsto neste artigo se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.

---

36) Assinale a alternativa INCORRETA. Nos termos do Código Civil, são direitos reais:

- a) a propriedade.
  - b) a posse.
  - c) a superfície.
  - d) as servidões.
  - e) o usufruto.
- 

37) Assinale a alternativa INCORRETA. Conforme o Código Tributário Nacional, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- a) os pais, pelos tributos devidos por seus filhos.
  - b) os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
  - c) os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.
  - d) o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.
  - e) o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário.
- 

38) Assinale a alternativa CORRETA. Nos termos da Jurisprudência em do STJ, no que se refere ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN:

- a) O ISS é espécie tributária do tipo tributo direto, não incidindo de forma indireta, sendo necessário avaliar se seu valor é repassado ou não ao preço cobrado pelo serviço.

- b) A tributação fixa do ISS alcança as sociedades constituídas sob a forma de responsabilidade limitada, em razão do caráter empresarial de que se reveste este tipo societário.
  - c) As sociedades simples constituídas sob a forma societária limitada fazem jus ao benefício da tributação por alíquota fixa desde que os seus sócios prestem serviços de forma pessoal e sem caráter empresarial.
  - d) É constitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS sobre operações de locação de bens móveis dissociadas da prestação de serviços.
  - e) O custo dos materiais empregados na construção civil não pode ser deduzido da base de cálculo do Imposto sobre Serviços.
- 

39) Assinale a alternativa CORRETA. Nos termos da Jurisprudência em do STJ, em matéria de Direito Tributário:

- a) A decisão que reconhece a imunidade tributária possui natureza declaratória, mas não produz efeitos retroativos ao momento em que preenchidos os requisitos legais para a concessão do benefício.
  - b) A revisão do lançamento tributário pode ser exercida nas hipóteses do art. 149 do CTN, desde que observado o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário.
  - c) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal não constitui o crédito tributário, sendo necessário outras providências por parte do fisco.
  - d) A notificação do contribuinte do auto de infração constitui definitivamente o crédito tributário e dá início ao cômputo do prazo prescricional para a sua cobrança, podendo ocorrer ainda o prazo decadencial.
  - e) A confissão espontânea da dívida e seu parcelamento têm o condão de restabelecer a exigibilidade do crédito tributário extinto pela decadência ou prescrição.
- 

40) Assinale a alternativa INCORRETA. Conforme o Código Tributário Nacional, extinguem o crédito tributário:

- a) o parcelamento.
- b) a compensação.
- c) a transação.
- d) remissão.
- e) a prescrição e a decadência.